

PCH JUÍNA SPE S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Este documento foi assinado digitalmente por Fernando Maggi Scheffer e Bruno De Almeida Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código AB86-6A0F-409A-3145.

PCH JUÍNA SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
PCH Juína SPE S.A.
Campos de Júlio - MT

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **PCH Juína SPE S.A.**, (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PCH Juína SPE S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **PCH Juína SPE S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 18 de abril de 2022.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.530.963	9.105.768	Fornecedores e contas a pagar	7	1.711.421	1.635.199
Contas a receber		3.419.213	3.117.533	Empréstimos e financiamentos	8	12.306.720	9.430.900
Estoques		333.523	174.869	Obrigações trabalhistas e tributárias		554.256	917.591
Adiantamentos		321.724	1.087.039			14.572.397	11.983.690
Outros créditos	5	27.628	27.679				
		14.633.051	13.512.888	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	8	113.092.834	124.080.000
Outros créditos	5	3.203	-	Partes relacionadas	9	77.276.040	67.511.022
Imobilizado	6	199.625.958	204.559.607	Contingências	10	177.217	177.217
		199.629.161	204.559.607			190.546.091	191.768.239
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		214.262.212	218.072.495	Capital social	11	16.822.750	16.822.750
				Prejuízos acumulados		(7.679.026)	(2.502.184)
						9.143.724	14.320.566
				Total do passivo e patrimônio líquido			
						214.262.212	218.072.495

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	12	37.267.240	37.591.829
Custos		(13.647.011)	(19.842.490)
Lucro bruto		23.620.229	17.749.339
Receitas e (despesas) operacionais			
Administrativas		(639.535)	(149.903)
Tributárias		(13.498)	(254.124)
Outras despesas / receitas, líquidas	13	(973.744)	628.015
		(1.626.777)	223.988
Resultado financeiro líquido	14	(25.990.650)	(15.916.409)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.997.198)	2.056.918
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(1.179.644)	(1.195.643)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(5.176.842)	861.275

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por Fernando Maggi Scheffer e Bruno De Almeida Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código AB86-6A0F-409A-3145.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	2021	2020
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(5.176.842)	861.275
Total do resultado abrangente do exercício	(5.176.842)	861.275
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas	(5.176.842)	861.275

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Capital social	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	16.822.750	(3.363.459)	13.459.291
Lucro líquido do exercício	-	861.275	861.275
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.822.750	(2.502.184)	14.320.566
Prejuízo do exercício	-	(5.176.842)	(5.176.842)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.822.750	(7.679.026)	9.143.724

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(5.176.842)	861.275
Ajuste por:		
Depreciação e amortização ativo imobilizado	5.419.723	4.938.543
Valor residual de baixa no ativo imobilizado	-	118.890
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	16.926.757	9.116.219
Provisão de juros sobre partes relacionadas	9.165.966	8.810.956
	26.335.604	23.845.883
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(301.680)	(3.117.533)
Estoques	(158.654)	(174.869)
Impostos a recuperar	-	9.846
Adiantamentos	765.315	(1.087.031)
Outros créditos	(3.152)	114.988
Partes relacionadas	-	4.426
	301.829	(4.250.173)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores e contas a pagar	76.222	155.252
Partes relacionadas	934.122	(279.686)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(363.335)	(292.775)
	647.009	(417.209)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	27.284.442	19.178.501
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo imobilizado	(486.074)	(4.038.625)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(486.074)	(4.038.625)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de empréstimos e financiamentos	-	1.920.220
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(8.386.903)	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(16.651.200)	(8.307.141)
Aumento de partes relacionadas	2.260.000	-
Pagamento de partes relacionadas	(1.961.269)	(5.958.862)
Juros pagos de partes relacionadas	(633.801)	(4.041.138)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(25.373.173)	(16.386.921)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.425.195	(1.247.045)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.105.768	10.352.813
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.530.963	9.105.768
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.425.195	(1.247.045)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A PCH Juína SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, fundada em 2013, localizada no município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, tem como objeto social o desenvolvimento, implantação, construção, operação, geração e comercialização de energia elétrica, da Pequena Central Hidrelétrica “PCH JUI-117”.

A Central geradora hidrelétrica denominada CGH JUI 117 possui potencial hidráulico instalado de 25,0 MWh. Suas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME).

A Companhia obteve sua autorização junto ao Ministério de Minas e Energia em 22 de março de 2017, com prazo de vigor de 35 anos, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL.

Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

A Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias utilizadas pela Companhia.

A Companhia vem adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações, incluindo: (i) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (ii) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 18 de abril de 2022.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, instrumentos financeiros e certos ativos e passivos que são mensuradas pelo valor justo, contra o resultado do exercício.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações da Companhia, incluem, portanto, estimativas da vida útil dos bens do ativo imobilizado, e outras similares. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 6 - Imobilizado.
- Nota explicativa nº 10 - Provisão para contingências.

2.4. Demonstrações dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes que ocasionassem ajustes que pudessem compor as demonstrações dos resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber

Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses direitos e se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas, quando aplicável, por montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização do contas a receber.

3.3. Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo, observadas as variações de perdas monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis. Esses estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável na data do balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

3.5. Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados com base no custo histórico deduzidos das respectivas depreciações.

A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.6. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus Assessores Jurídicos:

- **Ativos contingentes** - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

- **Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro conforme o regime de tributação de lucro presumido, os cálculos do exercício corrente são realizados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes.

Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.9. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.10. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

3.11. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, despesas e custos, sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas bancárias e juros pagos sobre empréstimos e financiamentos.

3.13. Benefícios a empregados

A PCH Juína SPE S.A., não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas com base em regime de competência, como despesas/custos de pessoal conforme sua natureza.

Os principais benefícios que a Companhia oferece são planos de saúde, auxílio educação, vale alimentação e seguro de vida.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos bancários	127.532	66.311
Aplicações financeiras	10.403.431	9.039.457
	<u>10.530.963</u>	<u>9.105.768</u>

Composição das aplicações financeiras:

<u>Modalidade</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CDB-DI	94% - 97% do CDI	7.118.502	5.288.899
Fundo de Investimento	2,5502% a.a	3.205.364	3.668.578
Outras aplicações	15% - 30 % PCT	79.565	81.980
		<u>10.403.431</u>	<u>9.039.457</u>

5. Outros créditos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Seguros a apropriar	27.628	27.679
Total circulante	<u>27.628</u>	<u>27.679</u>
Depósitos judiciais	3.203	-
Total não circulante	<u>3.203</u>	-
	<u>30.831</u>	<u>27.679</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

6. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 31/12/2021
Prédios e instalações		107.609.639	-	107.609.639
Máquinas, equipamentos e implementos		96.096.063	420.639	96.516.702
Equipamentos e instalações de escritório		5.777.248	45.062	5.822.310
Veículos		8.800	-	8.800
Embarcações		6.400	-	6.400
Adiantamento para aquisição de imobilizado		-	20.373	20.373
		209.498.150	486.074	209.984.224
Depreciação:				
Prédios e instalações	2% a 3,33%	(2.028.854)	(2.213.295)	(4.242.149)
Máquinas, equipamentos e implementos	2,5% a 14,29%	(2.734.508)	(3.010.466)	(5.744.974)
Equipamentos e instalações de escritório	2,7% a 16,67%	(174.285)	(193.791)	(368.076)
Veículos	14,29%	(210)	(1.257)	(1.467)
Embarcações	14,29%	(686)	(914)	(1.600)
		(4.938.543)	(5.419.723)	(10.358.266)
		204.559.607	(4.933.649)	199.625.958

7. Fornecedores e contas a pagar

	2021	2020
Fornecedores em moeda nacional	1.711.421	1.635.199
	1.711.421	1.635.199

8. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros a.a. (%)	2021	2020
FCO	3,442% + TFC	125.399.554	133.510.900
		125.399.554	133.510.900
Circulante		12.306.720	9.430.900
Não circulante		113.092.834	124.080.000

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

Vencimento						
2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
10.520.264	10.520.264	10.520.264	10.520.264	10.520.264	60.491.514	113.092.834

Garantias:

Garantia fiduciária dos bens objeto do financiamento FCO, Penhor de ações/cessão fiduciária de direitos.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Covenants

Não houve quebra de covenants para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

9. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas às operações entre a Companhia, pessoas e outras empresas ligadas, conforme definido no Pronunciamento CPC 5 (R1). As operações junto às partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Eraí Maggi Scheffer	76.282.083	67.451.188
Hidroelétrica Rio Alegre Ltda.	545.488	-
Bom Futuro Agrícola Ltda.	415.957	59.656
Agroseg Segurança Patrimonial Ltda.	32.512	-
BF Participações S.A.	-	178
	<u>77.276.040</u>	<u>67.511.022</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2021, não houve remuneração do pessoal-chave da Administração.

10. Contingências

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Processos cíveis	177.217	177.217
	<u>177.217</u>	<u>177.217</u>

A Companhia é parte em outros processos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi objeto de provisão para contingências.

As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados.

11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, é de R\$ 16.822.750 (em 2020, o mesmo valor)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Prejuízos Acumulados

Os prejuízos acumulados totalizaram R\$ 7.679.026 em 2021 (em 2020, R\$ 2.502.184).

12. Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta	38.679.024	39.015.910
Deduções da receita		
Impostos	(1.411.784)	(1.424.081)
	<u>(1.411.784)</u>	<u>(1.424.081)</u>
Receita líquida	<u>37.267.240</u>	<u>37.591.829</u>

13. Outras despesas / receitas, líquidas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	2.644	737
Indenizações recebidas	-	923.386
	<u>2.644</u>	<u>924.123</u>
Outras despesas operacionais		
Doações diversas	(551.027)	(118.890)
Outras despesas	(425.361)	-
Provisão contingência cível	-	(177.218)
	<u>(976.388)</u>	<u>(296.108)</u>
	<u>(973.744)</u>	<u>628.015</u>

14. Resultado financeiro líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas		
Juros	(26.102.016)	(15.702.461)
Despesas bancárias	(182.525)	(138.627)
Outras despesas	-	(150.852)
	<u>(26.284.541)</u>	<u>(15.991.940)</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	287.796	75.291
Descontos obtidos	6.095	-
Variação monetária	-	240
	<u>293.891</u>	<u>75.531</u>
	<u>(25.990.650)</u>	<u>(15.916.409)</u>

15. Gerenciamento de risco

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial destes riscos. Assim, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais, podem existir riscos com ou sem garantias.

Os riscos relacionados à exposição financeira são monitorados periodicamente e a utilização de instrumentos de proteção para administrar as exposições aos riscos é aprovada pela Administração. Essa análise inclui o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado e sua mensuração em conjunto com a previsão de fluxos de caixa futuros.

Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Risco de taxas de juros e índices

A Companhia opera com linhas de créditos de instituições financeiras para financiar suas atividades. Este risco refere-se, principalmente, à possibilidade de flutuação nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da PCH Juína SPE S.A.

A PCH Juína SPE S.A., monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra a volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

Esse risco está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência. Para mitigar esses riscos a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, a análise de informações qualitativas e, principalmente, o histórico comercial.

A Companhia não mantém operações de aplicações financeiras concentradas, o que reduz sensivelmente o risco com instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela PCH Juína SPE S.A., são:

- Contas a receber;
- Empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores e contas a pagar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

16. Cobertura de seguros (não auditado)

A política da Companhia é manter cobertura de seguros para resguardar seus ativos de eventuais sinistros, por montantes considerados tecnicamente adequados por sua Administração, de acordo com a natureza da sua atividade e a orientação dos seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

17. Eventos subsequentes

Até a data de fechamento deste relatório, não há operações ou eventos sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.

ASSINADO DIGITALMENTE

Fernando Maggi Scheffer
Diretor

ASSINADO DIGITALMENTE

Bruno de Almeida e Silva
Gerente Contábil e Fiscal
CRC-MT 013180/O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AB86-6A0F-409A-3145> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AB86-6A0F-409A-3145



Hash do Documento

CFA39EFC6BD0F19AA71B245BE8B4530A25CD4679023F36D0A32D636D8D7EBCAA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Fernando Maggi Scheffer (Signatário - PCH JUINA SPE S.A.) -
353.455.601-10 em 26/04/2022 17:52 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- Bruno De Almeida Silva (Signatário - PCH JUINA SPE S.A.) -
737.851.801-87 em 26/04/2022 17:10 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

